

Dívida: Brasil quer mais que o México.

O Brasil poderá obter condições até melhores que o México na renegociação da dívida externa com os bancos credores, no entender do chefe da Área Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha.

E o Brasil já prepara o documento que apresentará na reunião de Cartagena, mas uma fonte da Secretaria do Planejamento informou que o Brasil não apoiará nenhuma proposta de renegociação coletiva da dívida ou imposição de condições para o pagamento de taxas fixas de juros ou capitalização dos encargos do débito.

O chefe da Área Internacional do Ministério da Fazenda disse ontem em Brasília que a afirmação do banqueiro William Rhodes, de que o Brasil poderá obter as mesmas condições de negociação do México, não exclui a possibilidade de que o País, na verdade, venha a obter condições até melhores.

Marciano da Rocha considerou uma "manifestação simpática" a afirmação de Rhodes, que chefia o Comitê de Bancos Credores que trata de renegociar a dívida brasileira. Fonte financeira de Washington disse por telefone que, sem dúvida, o Brasil obterá melhores condições. Lembrou que no ano passado as condições para o México e o Brasil foram idênticas, em termos de spread (taxa de risco) e comissões adicionais.

Para essa fonte, o que Rhodes quis dizer exatamente é que, quando o Brasil voltar ao mercado financeiro em busca de recursos novos, terá as mesmas condições do empréstimo de US\$ 3,8 bilhões obtido há pouco tempo pelo México. Mas admitiu que uma renegociação com reescalonamento maior da dívida, sem dúvida, poderá ampliar as possibilidades brasileiras.

É o que diz o chefe da Área Internacional do Ministério da Fazenda, ao comentar a promessa dos credores de renegociação igual à do México: o Brasil pode obter até mais.

Ainda segundo a fonte norte-americana, a elevação de 6,6 para 7% na taxa de juro cobrada pelo Fundo Monetário Internacional em seus empréstimos é insignificante, resultando num "impacto pequeno". Lembrou que essa é a menor taxa que existe, porque o Banco Mundial cobra taxa anual em torno de 10%.

Ainda de acordo com essa fonte, o Brasil já deve ao FMI exatamente US\$ 2,85 bilhões, de recursos desembolsados a partir do ano passado. O empréstimo pelo qual foi exigido o programa de ajustamento totaliza US\$ 4,6 bilhões, dos quais US\$ 1,8 bilhão serão liberados este ano. O Brasil terá de três e meio a dez anos para pagar o empréstimo, a partir da conclusão do programa de austeridade que o órgão exige, marcado para fevereiro de 1986.

O Brasil em Cartagena

Da terceira e última reunião que os ministros do Planejamento e da Fazenda terão com o chanceler Saraiva Guerreiro, provavelmente na próxima segunda-feira, deverá surgir um documento que definirá a posição do Brasil na reunião de Cartagena, nos dias 21 e 22 do corrente, o qual será apresentado como proposta brasileira para a declaração final do encontro.

Uma fonte oficial da Seplan garantiu que, sejam quais forem as pressões que o Brasil venha a sofrer em Cartagena, por parte de países como a Argentina, a Colômbia ou o Equador, não há possibilidade de se afastar da diretriz estabelecida, que é a de estimular manifestações de desagrado em relação ao bloqueio comercial, às altas taxas de juros e às dificuldades dos devedores para cumprir seus compromissos, sem, contudo, apoiar qualquer proposta relativa à negociação coletiva da dívida ou à imposição de condições para o pagamento de taxas fixas de juros, ou capitalização total ou parcial dos encargos da dívida.

O informante disse que as conversações em Cartagena se assemelharão "a uma espécie de dança, a uma representação: um passo para cá, outro para lá", tudo com o propósito de formar, entre os credores, a consciência de que os devedores enfrentam dificuldades e, portanto, precisam da liberação do comércio e da flexibilidade das condições de negociação, para enfrentar as dificuldades conjunturais, "porém não se irá além disso".

Quanto o País deve

O Tribunal de Contas da União, pelo voto do ministro Luciano Brandão Alves de Souza, determinou ontem ao Banco Central a remessa imediata dos demonstrativos dos empréstimos externos de qualquer natureza contraídos pelo governo brasileiro, ou com seu aval, desde 1964 até maio deste ano. A decisão do TCU atende à solicitação do senador Itamar Franco, presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal, que fizera o mesmo pedido no ano passado sem ser, contudo, atendido satisfatoriamente pelo Banco.